A COMUNICAÇÃO LEGISLATIVA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE: uma proposta de análise discursiva para comentários na fanpage do Senado [1]

THE LEGISLATIVE COMMUNICATION IN COMBATING DISINFORMATION ON HEALTH: a proposal for discursive analysis for comments on the Senate fanpage

Michel Carvalho da Silva[2]

***Resumo**: A partir da Análise do Discurso, de inspiração francesa, o artigo examina os comentários realizados num post do Senado Federal no Facebook, publicado em 7 de dezembro de 2018, que alerta sobre a propagação de informações falsas do campo da saúde na internet. Considerando a função educativa do parlamento, questiona-se: A comunicação legislativa tem condições de conscientizar os usuários acerca dos danos da desinformação? Em que medida o conjunto de enunciados reverberam o atual cenário de desordem informacional? Partindo-se da premissa de que a confiança do público na comunicação legislativa pode interferir na forma como os cidadãos interagem com o post mencionado, concluiu-se que o contexto de hiperpolarizaação política e de avanço do neoconservadorismo limitam as possibilidades da fanpage do Senado na tarefa de se contrapor à circulação de boatos e mentiras na web sobre vacinas e outros procedimentos de saúde.*

***Palavras-Chave:** Comunicação Legislativa 1. Desinformação 2. Análise de Discurso 3.*

***Abstract**: Based on the Discourse Analysis, of French inspiration, the article examines the comments made in a post of the Senate on Facebook, published on December 7, 2018, which warns about the spread of false health information on the internet. Considering the educational function of parliament, the question is: Is legislative communication able to make users aware of the damage caused by misinformation? To what extent do the set of statements reverberate the current scenario of informational disorder? Starting from the premise that public confidence in legislative communication can interfere in the way citizens interact with the post mentioned, it was concluded that the context of political hyperpolarization and the advancement of neoconservatism limit the possibilities of the Senate fanpage in the task to oppose the circulation of rumors and lies on the web about vaccines and other health procedures.*

***Keywords:** Legislative Communication 1. Disinformation 2. Discourse Analysis 3.*

---

[1] Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Estudos de Comunicação Organizacional" do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020.

[2] Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Integrante do Grupo de Pesquisa Mediações Educomunicativas (MECOM). É jornalista concursado na Câmara Municipal de Cubatão (SP). Contato: michel.carvalho@ufabc.edu.br.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

1. Introdução

A viralização de mentiras, rumores e distorções nos sites de redes sociais (SRS)[3] se tornou um problema social nos últimos anos, com efeitos danosos em processos eleitorais, no direito da população à informação, na credibilidade do jornalismo, na compreensão da ciência e no campo da saúde. A desinformação relacionada a doenças e tratamentos médicos, inclusive, vem desafiando gestores públicos e profissionais da área da saúde pública, principalmente quando informações falsas, deturpadas ou enganadoras ("fake news", designação em inglês, que vem sendo utilizada também no Brasil) levantam suspeitas, por exemplo, sobre a eficácia de procedimentos vacinais.

O uso de informações falsas tem mostrado que é capaz de estabelecer consensos, mesmo quando as mentiras são desmentidas por órgãos oficiais de governo ou pelos tradicionais meios de comunicação. Informações imprecisas ou fraudulentas têm potencial de provocar comportamentos e atitudes geradores de risco em relação à saúde, seja pela indução de medicamentos inadequados ou pela recusa de medidas protetivas.

Boatos sobre a eficácia da vacina da febre amarela se espalharam pelos SRS nos últimos anos, o que compromete diretamente as metas de imunização do Ministério da Saúde (SACRAMENTO, 2018). Entre as mentiras disseminadas, está a de que as vacinas provocam diferentes efeitos colaterais prejudiciais, podendo ser fatais em alguns casos. Também se espalhou o boato na web de que uma receita natural poderia garantir a proteção dos indivíduos contra a febre amarela.

As notícias falsas em circulação na internet operam como atalhos informacionais pelos quais o cidadão comum cria sentido para a realidade cotidiana ou confirma convicções. Tais conteúdos acabam desinformando a sociedade em assuntos como saúde, economia, segurança pública, direitos humanos e política, servindo, muitas vezes, como instrumento de manipulação da opinião pública e de propagação de discursos de ódio. O resultado é um indivíduo confuso, que já não consegue discernir entre o que é verdade e o que é mentira.

A difusão de mentiras é um fenômeno histórico empregado desde o século XIX (DARNTON, 2017), mas com a onipresença das SRS no cotidiano das pessoas, seu impacto

[3] Para Boyd e Elisson (2007), sites de redes sociais são plataformas de comunicação em rede na qual os usuários: 1) tem perfis unicamente identificáveis que consistem de conteúdo adicionado pelos usuários, sistema e/ou outros; 2) podem publicamente articular conexões que podem ser vistas e cruzadas por outros; e 2) podem consumir, produzir e/ou interagir com fluxos de conteúdo gerado pelo usuário disponibilizados por suas conexões no site.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

ganha uma outra dimensão (FERRARI, 2018). Diante desse ambiente comunicacional caracterizado pela ideia de pós-verdade (KEYES, 2018), em que fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que apelos às crenças pessoais, determinados atores políticos, como o Senado Federal, tomaram a decisão de promover ações institucionais contra as informações falsas.

O parlamento, enquanto instância de poder mais próxima da sociedade, busca ser responsivo ao considerar a proliferação de conteúdos falsos na saúde como um problema coletivo que afeta o consenso público e gera, consequentemente, transtornos à gestão pública. Evidentemente, que ao enquadrar a mencionada questão dentro do paradigma das políticas públicas, o Senado quer influenciar ou, ao menos, participar da elaboração de possíveis soluções para combater a prática da disseminação de mentiras.

No Senado, o combate à desinformação é uma temática recorrente na pauta legislativa. Em junho de 2019, este parlamento lançou uma campanha institucional contra a propagação de fake news, tendo como slogan: "Notícia falsa se combate com boa informação"[4]. Por meio das mídias legislativas do Senado, a iniciativa tinha dois objetivos principais: mostrar como reconhecer uma informação falsa sobre o Congresso Nacional e fortalecer a imagem pública do Senado como organização digna de confiança. De 2013 a 2019, 46 publicações da página do Senado no Facebook se referiam ao tema da propagação de conteúdo fraudulento ou enganoso, sendo que algumas apresentavam caráter educativo, outras tiveram o objetivo de desmentir alguma informação falsa sobre o Senado e seus membros[5].

O artigo em tela propõe, então, uma discussão sobre a comunicação legislativa do Senado Federal enquanto instância educativa, que objetiva conscientizar a população para os perigos da divulgação de informações falsas sobre doenças, medicina e procedimentos profiláticos. A partir dos comentários do post da fanpage do Senado acerca das fake news, a ideia é também identificar formações discursivas no atual contexto de desordem informacional, observando efeitos de sentido associados ao negacionismo científico, à antipolítica, e ao neoconservadorismo, entre outros.

[4] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/11/senado-faz-campanha-de-combate-a-noticias-falsas?utm_source=Facebook&utm_medium=MidiasSociaisSenado&fbclid=IwAR0-9ClDcbdsjlZLGuhzMnmlNeAkuwHi9WTzF6XBPS24FOl9JwHRCBzVrDw. Acesso em 18/02/2020.

[5] Em tese de doutorado em andamento, o autor do presente artigo vem estudando as publicações da fanpage do Senado que versam sobre o problema da desinformação de 2013 a 2019.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

Para consecução dos objetivos mencionados anteriormente, o trabalho apresenta no tópico a seguir algumas problematizações a respeito da desinformação, pensando sobre as diferentes definições do termo e os desdobramentos desse fenômeno para a vida em sociedade. Em seguida, discutiremos o potencial educativo da comunicação legislativa, levando em conta as possibilidades e o alcance das mídias sociais dos parlamentos. Depois, procuramos explicar os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho, e, a partir disso, expor as categorias analíticas elaboradas. No final, nos concentramos em debater o conjunto de enunciados, sob à luz do arcabouço teórico do campo, atentando para as dificuldades da comunicação legislativa como instituição promotora do debate público.

2. Notas sobre desinformação, fake news e boatos na saúde

A pesquisa nacional "Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade na Internet"[6], realizada pelo DataSenado em parceria com as Ouvidorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mostrou que aproximadamente oito em cada dez entrevistados já identificou notícia falsa nos SRS, e a maioria (82%) também afirma verificar se uma notícia é verdadeira antes de compartilhá-la. No entanto, o mais preocupante, de acordo com o estudo, é que quase metade dos entrevistados (47%) considera ser difícil identificar a veracidade das informações recebidas. Se as pessoas têm dificuldade em verificar se determinado conteúdo na web é falso ou não, imagine um vídeo bem editado, com entonação e tom de voz muito parecidos com o de uma pessoa real, como no caso das deepfakes.

Apesar da urgência do tema, a disseminação de notícias enganadoras ou distorcidas não é um fenômeno comunicacional novo. A história brasileira coleciona episódios em que reputações foram destruídas em virtude da propagação de boatos, como o caso da Escola Base em 1994, em que os proprietários de um colégio foram acusados injustamente de abuso sexual de crianças (RIBEIRO, 2000). No entanto, a desinformação ganha novos contornos a partir da produção amadora e deliberada de notícias falsas no ecossistema digital. Para se ter uma ideia da gravidade do tema, em 2014, Fabiane Maria de Jesus, foi espancada até a morte

[6] Foram entrevistados 2,4 mil cidadãos que têm acesso à internet, em todas as unidades da Federação, por meio de ligações para telefones fixos e móveis, no período de 17 a 31 de outubro de 2019. A margem de erro é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opiniao-das-pessoas. Acesso em 18/02/2020.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

por moradores de Guarujá (SP), onde morava. Na ocasião, uma página no Facebook divulgou uma notícia falsa sobre a mulher, acusando-a de praticar magia negra com crianças.

Segundo Ferrari (2018), as notícias falsas existem desde o Império Romano, não sendo novidade a utilização de mentiras com fins políticos na história da humanidade. No entanto, de acordo com a autora, a partir de 2013, a distribuição de informações farsescas se transformou em um negócio lucrativo, com o surgimento de agências especializadas na produção de conteúdo sem checagem em diversos países. Elas operam "com baixo custo editorial, ou seja, sem investimento em redações, equipes de checagem, editores e, ainda, abusando de bots, algoritmos [...] criados para espalhar fake news". (FERRARI, 2018, p. 62).

Não existe consenso entre os teóricos do campo da comunicação acerca do termo "fake news". Alguns defendem o uso deste conceito, popularizado nas eleições norte-americanas de 2016, pois foi incorporado à gramática política e à cobertura jornalística; outros consideram a denominação imprecisa, uma vez que se confunde com outros tipos de desinformação, como exageros, omissões, especulações, notícias mal apuradas, descontextualizadas ou mesmo satíricas.

Entre tantas definições para esse fenômeno comunicacional, recorremos a um texto de Allcott e Gentzkow (2017), que consideram fake news toda informação comprovadamente falsa, produzida intencionalmente com o objetivo de influenciar a opinião pública. Santaella (2018), por sua vez, busca ser mais ampla ao caracterizar as fake news, incluindo além de notícias, estórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras, visando influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou confundir em prol de interesses escusos.

No campo da ciência da informação, os teóricos optam por diferenciar as ideias de *disinformation* e *misinformation*, pois apesar de que suas respectivas definições se refiram às informações falsas, a primeira se relaciona a estratégias que procuram propositalmente falsificar uma informação com o objetivo de enganar as pessoas; já a segunda tem a ver com informações equivocadas ou imprecisas, em que não há intencionalidade do enunciador (FALLIS, 2015).

Já Wardle e Derakhsan (2017) ampliam a discussão ao acrescentar um terceiro elemento. Para os autores, a *misinformation* seria a difusão de informação falsa, embora sem intuito de prejudicar. A *disinformation* envolveria conteúdo sabidamente falso, fabricado ou manipulado com intenção de gerar dano. Já a *bad information* representaria a disseminação

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

de informações corretas, embora com intuito de prejudicar, como vazamentos, discurso de ódio e assédio. Essas três categorias ajudam a entender o universo da desordem informacional.

Se o termo fake news ainda está em disputa, não resta dúvida quanto ao potencial danoso da proliferação de conteúdo deliberadamente inverídico, que simula notícia, e é distribuído com o objetivo de gerar vantagem (econômica ou política). No atual ecossistema comunicacional que vivemos, caracterizado por uma dinâmica de desintermediação, qualquer pessoa com um celular tem a possibilidade de produzir conteúdo viral. Se, por um lado, essa mudança possibilita a um número crescente de cidadãos alcançarem visibilidade e poder de agência; por outro, significa que muitas mensagens, em circulação na internet, podem ser consumidas como informação veraz, mesmo sem a mínima evidência comprobatória.

Na verdade, existe hoje uma verdadeira fábrica de fake news em atividade no Brasil e no mundo, que produz histórias, utilizando bots, algoritmos e disparos em massa, conforme interesses escusos desses grupos, para fazê-las circular em forma de textos, fotos, vídeos, imagens, memes e outros formatos no WhatsApp, Facebook, Twitter e Youtube. O modus operandi da produção de notícias falsas se baseia na construção de narrativas sobre assuntos controversos ou polêmicos, que possam reforçar preconceitos, prejudicar adversários ou provocar desordem informacional, que abrange desde notícias com erros a conteúdos deliberadamente falsos (GOMES; DOURADO, 2019).

Num contexto de grande tensionamento entre grupos políticos e outros setores da sociedade civil, as pessoas estão dispostas a dialogar somente com quem converge com seu posicionamento ideológico, tudo o que é contrário a essa concepção de mundo é imediatamente considerado como algo negativo, logo, não merece crédito. Os indivíduos estão criando uma dinâmica na qual elas só enxergam o que elas querem, na qual elas interpretam dados como lhes convêm e compartilham somente aquilo em que acreditam (KEEN, 2012). Com essa predisposição das pessoas a acreditarem somente em mensagens que confirmem suas opiniões e valores, cria-se, então, as “câmaras de eco” que reverberam apenas os pontos de vista intersubjetivos, independentemente de serem ou não baseados em verdades objetivas (FERRARI, 2018).

As mídias sociais ao se utilizarem do filtro bolha (PARISER, 2012) para monitorar as preferências dos internautas, de modo a personalizar os conteúdos visualizados nas timelines, reforça esse tipo de comportamento polarizado e cria ambiente favorável para pulverização

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

de informações falsas e o surgimento de discursos de ódio. Sastre et al. (2018) argumentam que em um cenário altamente dividido entre dois grupos ideológicos, se determinado indivíduo demonstra interesse por informações relativas ao lado "A", o processo de "filtro bolha" irá limitar o acesso a informações somente a respeito. Dessa forma, eventuais conteúdos farsescos que utilizem esse padrão para a sua massificação terão maior sucesso, já que ele não terá acesso a outras informações que poderiam contrapor ou até esclarecer os fatos.

A seleção de informações a partir de seu alcance tende a favorecer uma viralização de conteúdos espetaculares e sensacionalistas em detrimento de temáticas de interesse público. Segundo Pasquale (2017), a relevância dada a esse conteúdo, baseado em métricas de atenção popular (reações e compartilhamentos), contribui para a disseminação de informações apelativas, independentemente de sua veracidade, integridade ou qualidade.

No campo da saúde pública, as informações falsas se apresentam como um fator de grande preocupação entre autoridades e especialistas da área. Segundo o estudo "As Fake News estão nos deixando doentes?"[7], feito pela Avaaz em parceria com a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), 57% dos que não se vacinaram citaram um motivo relacionado à desinformação. A pesquisa também mostra que 67% dos brasileiros acreditaram em ao menos uma afirmação imprecisa sobre vacinação. O levantamento teve o objetivo de investigar a associação entre a propagação de conteúdos falsos ou distorcidos e a queda nas coberturas vacinais verificadas nos últimos anos.

O trabalho revela também que 72% dos que acreditam que as vacinas são parcialmente inseguras e 59% daqueles que pensam que as vacinas são totalmente inseguras afirmam que já receberam informações desqualificadoras sobre elas em suas mídias digitais e aplicativos de mensagens. O estudo ainda mostra que atitudes e percepções negativas, bem como a desinformação, são mais comuns entre as pessoas que mencionaram as SRS como principais fontes de informação sobre vacinas.

A propagação de informações falsas ou imprecisas contribui para o aumento do número de pessoas doentes por falta de procedimentos vacinais e o uso inadequado de medicamentos ou outras substâncias, podendo levar, até mesmo, à morte. As fake news sobre saúde tendem

[7] A pesquisa entrevistou cerca de 2 mil pessoas, acima de 16 anos, em todos os estados e no Distrito Federal, respeitando as características demográficas do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. O estudo está disponível em: https://sbim.org.br/images/files/po-avaaz-relatorio-antivacina.pdf. Acesso em 18/02/2020.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

a viralizar nos SRS em virtude, sobretudo, de seu conteúdo de apelo emocional, que gera medo e preocupação, mesmo que não corresponda com a realidade.

Sem dúvida, existe impacto direto da divulgação de informações falsas e boataria no campo da saúde, principalmente quando pensamos em vacinação. A desinformação vem contribuindo para a diminuição da cobertura vacinal[8]. O reaparecimento de doenças como sarampo e caxumba deixa a sociedade em alerta e exige respostas dos atores políticos, que devem pensar em estratégias para ampliar o alcance de campanhas educativas e aperfeiçoar os mecanismos de checagem de informação sobre saúde.

Como o objetivo dessa seção foi traçar um breve panorama do fenômeno da desinformação e suas consequências para a sociedade e não aprofundar sobre as motivações que explicam a propagação de fake news, iremos a seguir refletir sobre a comunicação legislativa como instância educativa na internet, a partir da fanpage do Senado Federal.

2. A comunicação legislativa e a função educativa do Senado

No modelo liberal de democracia representativa, é desejável que as leis aprovadas pelo legislativo sejam transparentes quanto aos seus custos e objetivos, bem como quanto aos seus efeitos redistributivos. A publicização dessas informações favorece o acompanhamento da sociedade em relação ao trabalho parlamentar. Além disso, o parlamento precisa garantir que haja espaço para o amplo debate das matérias legislativas no processo de elaboração das leis, seja por meio de audiências ou consultas públicas, ou mesmo plataformas digitais de participação. A comunicação legislativa, então, deve refletir essa função de legitimação política e, para isso, assume dois papéis fundamentais: informação bruta e simples, e promoção de atitudes cidadãs, participativas e conscientes (MATOS, 1999).

Em trabalho anterior (SILVA, 2019), discutimos as três dimensões da comunicação legislativa: pública, relacionada ao interesse cidadão e ao bem comum (BRANDÃO, 2009; JARAMILLO-LÓPEZ, 2011); institucional, ligada ao fortalecimento da imagem pública do órgão governamental (BALDISSERA, 2008; TORQUATO, 2015); e política, associada à ideia de campanha permanente e conquista de apoios (LILLEKER, 2007; ROSE, 2012). A comunicação legislativa, fundamentada no princípio constitucional da publicidade, tenta

[8] Para se ter uma ideia, de acordo com dados do Ministério da Saúde, tanto em 2016 quanto em 2017, a cobertura da vacina contra a pólio ficou, pela primeira vez, mais de 10 pontos percentuais abaixo da meta, que é de 95%: 84,4%, em 2016; e 83,4%, em 2017.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

estabelecer um contraponto à representação negativa do parlamento, historicamente construída pela mídia tradicional.

Entendendo a comunicação legislativa em suas três dimensões, não podemos desconsiderar o fato de que as informações, disponibilizadas pelos diferentes canais de comunicação do Congresso, servem tanto para cumprir suas obrigações normativas (transparência e promoção do debate público) quanto para promover a instituição em si, fortalecendo a imagem do parlamento e de seus membros junto à população. Segundo Weber e Carnielli (2016), toda ação pública depende de visibilidade e, por isso, promove, em maior ou menor escala, os atores políticos a ela ligados. A comunicação legislativa, então, é tratada de forma estratégica, sobretudo, no contexto de disputa pela imposição da imagem pública, processo este que engloba diversos atores e instituições políticas (GOMES, 2004).

Como pontua Leston-Bandeira (2012), o grau de confiança dos cidadãos na instituição pode não ser causado somente por uma avaliação racional da performance do parlamento, mas também pela imagem do sistema político em geral e pelas formas de identificação simbólica com a instituição. Esse processo de aproximação com a sociedade ganha novo fôlego com as potencialidades interativas da internet. Segundo a autora, é preciso mostrar a relevância das casas legislativas para a vida dos cidadãos e fazer com que o público valorize esse papel, daí a necessidade de implantar ferramentas de engajamento nos parlamentos.

Para Leston-Bandeira, esse engajamento se apresenta em cinco etapas do ponto de vista cidadão: 1) acesso à informação, 2) desenvolvimento de compreensão sobre o parlamento, 3) percepção da importância da instituição e identificação da relevância de suas atividades para a própria vida, 4) motivação para participação nos resultados do processo legislativo, e 5) possibilidade de intervenção e engajamento com parlamentares na discussão e decisão legislativa. De acordo com a autora, a participação é somente uma fase do processo, que se inicia com a obrigação normativa de disseminar informações em poder do Estado, mas se efetiva, de fato, na influência da sociedade sobre a decisão política.

Nesse sentido, os parlamentos têm a responsabilidade de cumprir sua função educativa, de modo a estimular a engajamento público e promover o letramento político digital[9]. O papel educativo dos legislativos se constitui numa importante função desempenhada pelos

[9] Em trabalho anterior (2018), definimos letramento político digital como processo de desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que permitem que os indivíduos compreendam o processo de decisão política, a partir do uso de tecnologias de informação e comunicação, qualificando sua participação nos espaços de discussão pública presenciais ou on-line.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

modernos órgãos parlamentares, e não é apenas um aspecto incerto e secundário a ser feito por conta de decisões aleatórias ou das preferências dos gestores desses parlamentos (LESTON-BANDEIRA, 2013). Por isso, nos últimos anos, os diferentes órgãos do Estado começaram a criar perfis e páginas nas SRS como estratégia de comunicação legislativa, com a finalidade de divulgar informações de caráter público e tentar uma aproximação entre a instância decisória e o conjunto dos representados.

Leston-Bandeira e Bender (2013) consideram que os SRS podem contribuir com as instituições legislativa no que se refere ao engajamento dos cidadãos, especialmente por atenderem às seguintes condições: acesso direto aos cidadãos sem a mediação de atores externos; acesso direto ao público jovem; reação institucional mais rápida a fatos e eventos; potencial de engajar o cidadão em conversações; potencial de atingir públicos específicos; e potencial de participação política para os cidadãos. No Brasil, fanpages parlamentares se tornaram importantes plataformas on-line que, além de fazer divulgação institucional, também favorecem ações de educação cívica. O Facebook, por sua arquitetura e alcance, pode oportunizar a comunicação legislativa e o compartilhamento de informação e conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de capacidades e estratégias de ensino/aprendizagem.

Como o escopo deste trabalho é discutir a comunicação legislativa como discurso informacionista e instância de conscientização acerca dos danos que a distribuição de informações falsas pode provocar, elegeu-se a página do Senado Federal no Facebook como objeto de análise, por seu conteúdo e alcance, observando como a referida plataforma on-line pode funcionar como lócus de combate à desinformação, ao desempenhar um papel pedagógico na difusão de conteúdos preventivos sobre o campo da saúde.

O post analisado neste trabalho foi publicado no dia 7 de dezembro de 2018 pela fanpage do Senado Federal. Até o momento da escrita deste artigo (03/02/2020 às 20h24), a publicação apresenta 982 reações, 782 compartilhamentos e 162 comentários. A imagem do post (figura 1) mimetiza o ambiente do aplicativo de mensagens Whatsapp e traz o seguinte título: “Cuidado! As fake news podem prejudicar até a saúde”. Logo abaixo, um texto de abertura “O Ministério da Saúde alerta sobre notícias falsas circulando no Whatsapp” e, depois, lista-se seis informações inverídicas: “vacinas causam autismo”, “cura do diabetes com cápsula natural”, “água quente de coco é a cura do câncer”, “besouros que causam

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

cegueira", "bananas com vírus HIV", e 'MPF proíbe vacina contra HPV". Na parte inferior da imagem, uma frase chama a atenção do leitor: "Não caia nessa!".

O texto ao lado da imagem informa que o leitor pode conferir se uma mensagem sobre saúde, recebida no grupo da família ou de amigos, é verdadeira ou falsa, entrando em contato com o Ministério da Saúde, por meio de um número de telefone. Diz o texto: "Olhe como é simples: você salva o nº (61) 99289-4640 nos contatos do seu celular e, quando receber alguma notícia sobre saúde, você a encaminha para que o Ministério da Saúde averigue a veracidade da informação com a área técnica responsável".

FIGURA 1 – Post do Senado Federal publicado em 7 de dezembro de 2018
FONTE: Senado Federal

Observa-se que a postagem tem caráter educativo e preventivo ao chamar a atenção do público para algumas fake news sobre saúde colocadas em circulação recentemente nos SRS. Além disso, a publicação reforça a necessidade de checar a veracidade das informações com o Ministério da Saúde, antes de compartilhar qualquer conteúdo acerca de tratamentos, medicamentos ou procedimentos vacinais.

Apesar da baixa confiança da população em iniciativas de comunicação do poder público (MIOLA; MARQUES, 2019), o post da fanpage do Senado tem o objetivo de

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

conscientizar seus leitores para os danos causados pela desinformação no campo da saúde. O fato de ser uma publicação oriunda de um órgão legislativo, ou seja, de uma instância política, pode contribuir para a desconfiança do público, uma vez que não se trata do órgão especializado no tema a informar sobre fake news sobre saúde.

Na próxima seção apresentaremos, de forma pormenorizada, nossos procedimentos metodológicos acerca da análise de discurso adotada.

3. Considerações metodológicas para a análise discursiva do digital

Segundo Fragoso et al. (2013), o objeto da internet não é único, mas multifacetado e passível de ambiguidades, o que dificulta a investigação sobre sentidos na web e, consequentemente, generalizações. Por isso, recorremos à Análise de Discurso (AD), de inspiração francesa, para identificar as formações discursivas presentes no conjunto de enunciados selecionado. Acreditamos que a AD e a Comunicação podem estabelecer um diálogo significativo, indo além da mera descrição sistematizada, levando em conta toda conjuntura histórica, social e cultural da atividade comunicativa. Como a preocupação é o processo de instauração de sentidos pelos comentários feitos no post da fanpage do Senado, o estudo faz uma abordagem que é, ao mesmo tempo, linguística e sociológica.

A partir desse entendimento e, com base na proposta de Dias (2012), optamos por realizar um estudo focado em compreender os efeitos de sentido elaborados pelos comentários da fanpage do Senado como forma de desvelar discursos e quadros interpretativos subjacentes. Trata-se de uma análise prioritariamente qualitativa, que se concentra nas marcas, propriedades e expressões modalizadoras do corpus selecionado.

Dias busca entender a análise do discurso digital a partir das contribuições de Pêcheux e Orlandi. Pêcheux (2009) ressalta que é a ideologia que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’, e que mascara, dessa forma, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que se nomeia o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. Segundo o autor, palavras, expressões e proposições mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as utilizam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

De acordo com Orlandi, a análise deve ser a menos subjetiva possível, daí a necessidade de explicitar o modo de produção de sentidos do objeto em observação. “[...] a

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

AD tem o objetivo de compreender como um discurso produz sentidos, e a transformação de objeto empírico em objeto teórico (discursivo) é o primeiro passo para esta compreensão" (ORLANDI, 2010, p. 66).

Segundo Dias (2016) a digitalidade é a unidade significativa correspondente a diferentes processos de significação cuja matéria significante é o digital. Essa materialidade digital engloba tanto o técnico (suporte) quanto o linguageiro (discursividade). Textos, vídeos, links, ícones, emojis, memes e gifs constituem a digitalidade desta unidade de sentido, cuja interpretação se dá pela maneira como o discurso se constitui, se formula e circula pela materialidade digital.

Para este trabalho, então, cada comentário feito na postagem estudada foi considerado uma unidade sob a qual se aplicou o esforço analítico de interpretação do conteúdo enunciativo, de acordo com as categorias propostas e apresentadas logo a seguir. Isso significa que levamos em consideração o artifício retórico predominante como critério na classificação do enunciado publicado.

Deste modo, será possível identificar nos comentários apagamentos e esquecimentos, a ironia, a paráfrase, a polissemia, além de outras marcas enunciativas. Estes gestos de interpretação serão confrontados com o que se concebe como desinformação em saúde pela literatura científica, a fim de que possamos testar a nossa hipótese de que os comentários feitos no post do Senado sobre informação falsa em saúde materializam o processo de desinformação da sociedade, inflado pelo cenário atual de hiperpolarização política (GALLEGO et al., 2018; ABRANCHES, 2019), pelo avanço do populismo de direita e do neoconservadorismo (ALMEIDA, 2018; MIGUEL, 2018) e pelos processos de desintermediação comunicacional e autocomunicação (CASTELLS, 2009).

Com isso, esperamos que seja possível identificar como, porquê e para quê ocorrem estes deslizamentos de sentidos, que culminam na dificuldade da comunicação legislativa do Senado em estabelecer um diálogo com o cidadão a fim de conscientizá-lo para os danos causados pela desinformação em saúde. A partir da revisão de literatura, foram criadas as seguintes categorias para a análise dos comentários (enunciados) que compõem a amostra do trabalho:

1. Ironia: Nessa formação constam comentários que possuem retórica irônica, jocosa, satírica ou que procura tratar o assunto com divertimento. Esse tipo de enunciado é comum nos SRS,

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

caracterizado pela informalidade e pelo uso da linguagem figurada. Além de texto, essa categoria utiliza recursos imagéticos (gifs, ilustrações e memes).

2. Anticiência: São enunciados que deslegitimam a aplicação de conhecimentos e práticas científicas para a compreensão de culturas e saberes. As proposições nesta categoria se opõem às evidências da ciência no campo da saúde, principalmente relacionadas à vacinação, medicação e tratamentos clínicos.

3. Antipolítica: São enunciados que recorrem à retórica moralista, populista e disruptiva, que se opõe aos três poderes do Estado, ao *establishment* político e à própria democracia representativa. O discurso predominante aqui é aquele que demoniza a atividade política em si e a responsabiliza exclusivamente por todos os casos de corrupção.

4. Ofensividade: São enunciados que utilizam a violência verbal para desqualificar os que pensam diferente, extrapolando os limites mínimos de urbanidade e civilidade. Nesta categoria utilizam-se palavras de grande potencial ofensivo, como xingamentos, de modo a confrontar o outro e invalidar seu argumento na discussão.

5. Recomendação: São enunciados que marcam outros usuários a fim de que tenham acesso ao conteúdo disponibilizado. Ao marcar familiares ou pessoas próximas, entende-se que o comentador considera importante o compartilhamento daquele insumo informativo.

6. Governista: São enunciados que destacam a figura do atual presidente da República, seu governo e as medidas tomadas pelo governo federal. Além de exaltar os valores e visões de mundo da direita neoconservadora, as proposições dessa categoria concentra seus ataques à esquerda brasileira, principalmente ao Partido dos Trabalhadores (PT).

7.Oposicionista: São enunciados que contestam posicionamentos do atual governo federal, centrando suas críticas nos apoiadores do presidente e suas respectivas visões de mundo. A categoria reúne comentários que buscam desvelar eventuais contradições do espectro político antagonista.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

8. Endossante: Nessa formação discursiva constam comentários que legitimam as informações veiculadas pela fanpage do Senado Federal no post analisado. São enunciados que corroboram com a tese de que a desinformação em saúde é um problema público, que precisa ser combatido pelo Estado e pela sociedade.

As categorias elaboradas neste trabalho não encerram a discussão sobre a complexidade de analisar determinados enunciados. As fronteiras entre um e outro são muito próximas, mas levamos em conta fatores como contexto discursivo, memória e expressões modalizadoras. Existem casos em que os enunciados poderiam ser classificados em mais de uma categoria, por isso, optamos em considerar o discurso predominante naquele específico comentário. Um exemplo é quando o enunciado é irônico, mas, ao mesmo tempo, apresenta a intencionalidade de criticar ou defender o governo. Nesses casos, tomamos a decisão de classificar de acordo com o efeito de sentido mais latente. Em futuros trabalhos sobre o tema, é possível que essas categorias sejam redefinidas para representar melhor o objeto empírico da pesquisa.

A seguir apresentamos a tabela 1, contendo as formações discursivas identificadas no post analisado e destacamos alguns enunciados que ilustram as respectivas categorias analíticas:

TABELA 1
Formações discursivas identificadas

Categoria	Exemplos de Enunciados
1. Irônica	• "Vim aqui só pra ver conspiracionista falando que esse post é uma conspiração. Mas acabei só encontrando militantes, a piada ficou um pouco melhor do que eu esperava". • "Banana com hiv...queria nem rir". • "Isso aí, não vacine seu filho. Deixe ele sobreviver sozinho. Aproveite e batiza ele de Mogli – o Menino Lobo. Tem gente que vive na Idade das Trevas, não é possível". • "Esqueceram da famosa mamadeira de pirok kkkk".
2. Anticiência	• "O ministério da saúde é vassalo da FDA americana, tudo que o órgão americano disser será repercutido aqui. E vacinas matam sim e causam autismo sim, por que outra razão teriam mercúrio". • "Se as pessoas lessem as bulas das vacinas saberiam que de fato podem causar autismo. Muitos imunologistas proíbem determinadas vacinas por serem neurotrópicas mas tem o gado que mandou toma!".

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

	• "O médico que acompanha meu filho, especialista renomado internacionalmente, proibiu rotavírus, tríplice viral e indicou substituições de outras vacinas, justamente por serem vacinas neurotrópicas! Esse povo está é muito desinformado". • "Senado Federal não é fake news falar que as vacinas são testadas literalmente nas pessoas. Sobre o autismo – basta fazer um rastreamento para identificar o que ocasionou, isso já é possível na medicina. Assim como os inúmeros casos de AVC, ocasionados por uso de anticoncepcionais. Que tal explicar pq algo tão simples como a auto-hemoterapia é proibido? Será que seria pelo motivo de ser um tratamento bem barato é benéfico? As pessoas estudam e pensam fora da caixinha não vão seguir à risca o que o governo quer impor".
3. Antipolítica	• "Os políticos deveriam usar do mesmo empenho que defendem a indústria farmacêutica, para defender o Brasil da corrupção". • "Putz, o senado querendo dizer o que é fake news, onde nós chegamos". • "Quem prejudica minha saúde são os ladrões da república que o STF quer tirar da cadeia". • Sim, estado devo acreditar em vocês porque vocês são muito bonzinhos e donos de verdade né, com um estado desse ninguém mais quer sair do país".
4. Ofensividade	• "Tá que pariu, mas é cada demente que vemos". • "Cuidado, acreditar que o Senado trabalha em prol da população, é o primeiro sintoma de retardo mental". • "O cara não entende nem que o corpo faz parte de quem ele é, não é uma propriedade...Não acho que tenha capacidade intelectual para argumentar". • "Nossa Priscila, parabéns. Eu achava que bolsominion era tudo boçal de q.i. menor que 08. O seu deve ser maior, com certeza".
5. Recomendação	• "Raquel Brasil Salve o número do Ministério da Saúde aí, pode ser bem útil pra apuração das bobagens que tem mandam". • "Neli Mãe, aí ó!". • Émmile banana com vírus hiv". • "Margarete Vaz Nilse Pavan olha só,a té o senado avisando sobre notícias falsas sobre saúde".
6. Governista	• "13 anos de PT, 13 milhões de desempregados, ninguém arranja emprego, Sérgio Moro cada dia manda prender um petista, e ainda vem com essa choradeira que Bolsonaro ganhou por causa de fake news? Ah vai dormir que tu ganha mais". • "Fake News seria se o Lula fosse inocente...Mortadela detected".

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

	• "Vai reclamar com Cuba que saiu mané". • "Lula é honesto e foi preso sem provas. Cuidado com essas fakenews tb".
7. Oposicionista	• "sim, por causa de fake news um cidadão ganhou a eleição...nem assumiu e o brasil perdeu 10 mil médicos". • "Me espanta os comentários inteligentes em defesa do mito". • "Se o presidente eleito ganhou com ajuda de fake news como o governo pode querer que a população tenha cuidado". • "Cadê as bolsonetes pra vir defender o macho".
8. Endossante	• "já gravei no meu celular obrigada senado federal." • "O que esse pessoal ganha com tanta mentira? Não consigo entender". • "Tem gente que tá divulgando também que água de quiabo (?) cura diabetes e que foi no Caldeirão do Huck que comprovaram isso! Muito cuidado com essas mentiras!". • O que esse pessoal ganha com tanta mentira? Não consigo entender!".

Fonte: Autor.

5. Discussão e apontamentos finais

Bartlett (2018) argumenta que, nos primórdios da internet, imperava uma ideia de que o simples fato de tornar a informação mais acessível e permitir que todos pudessem criar e compartilhar conteúdo transformaria a sociedade em mais informada, politizada e racional. No entanto, o autor sustenta que, em pouco tempo, o que se observou foi uma escalada da radicalização nas plataformas digitais, em que debates são dominados por argumentos ilógicos, pontos de vista ofensivos e conteúdos falsos. No caso específico da saúde, a desinformação favorece o crescimento de movimentos antivacinação, negacionistas científicos e divulgadores de curas milagrosas.

Diante desse cenário de desordem informacional, o parlamento tem agido na direção de criar estratégias que combatam a divulgação de informações falsas ou deturpadas, que manipulem a opinião pública e coloquem em risco à saúde coletiva. No caso do presente objeto de estudo, verifica-se a tentativa da comunicação legislativa do Senado de, por meio

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

de uma publicação em sua fanpage, conscientizar o público para o perigo da desinformação e legitimar o papel do Ministério da Saúde como fonte credível de informação.

No entanto, ao analisar os comentários feitos pelos usuários na mencionada postagem, observa-se que parte significativa dos enunciados se filia a formações discursivas modalizadoras de negação da ciência e da democracia liberal. As categorias "anticiência", "antipolítica" e "governista" se ancoram num discurso neoconservador, de menosprezo às instituições e órgãos do Estado, que reforça teorias da conspiração contra pesquisadores, o sistema político tradicional e todos que representem oposição ao atual governo. As três formações discursivas se aproximam de uma mesma formação ideológica, que determina "o que pode e deve ser dito" pelo enunciador em temas controversos, como o do post do Senado, a partir da posição social, história e ideológica que assume no contexto discursivo.

À medida que a desinformação se torna cada vez mais uma ameaça à saúde e à segurança global, propagam-se conteúdos falsos nos SRS que colocam em xeque a credibilidade dos procedimentos vacinais e tratamentos médicos, como observamos na formação discursiva "anticiência". Alguns enunciados recorrem a experiências pessoais, reais ou não, para espalhar desconfiança acerca da eficácia das vacinas. Boatos sobre efeitos colaterais ou a existência de um suposto esquema entre Ministério da Saúde e a indústria farmacêutica também estão presentes nessa formação discursiva, que causa preocupação, uma vez que demonstra negligência com a verdade factual e repulsa ao conhecimento baseado em evidências.

Como sustenta Massuchin et. al. (2017), os ideais deliberativos de um debate público, voltados para o diálogo, o respeito e a abertura de ouvir o outro, não se confirmam nas discussões no Facebook. Segundo as autoras, os indivíduos acabam falando sozinhas, sendo que muitas vezes só estão naquele espaço digital para colocar sua opinião e não necessariamente para ouvir o outro, e quando há uma abertura a outra pessoa, os indivíduos tendem a tentar persuadir o interlocutor. O argumento das pesquisadoras se confirma no presente trabalho, quando se verifica a existência de discursos de ódio, enquadrados na categoria "ofensividade", que reverberam a hiperpolarização política e potencializam a animosidade entre usuários da fanpage do Senado.

Tanto as formações discursivas "governista" e "oposicionista" optam por desviar do assunto principal – desinformação em saúde – e preferem concentrar seus argumentos na crítica ao campo político adversário. Verifica-se a tentativa de invalidar o discurso do outro,

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

expondo incoerências e uma suposta inferioridade intelectual. Para isso, é comum que os enunciadores rememoram fatos recentes do noticiário político, como o disparo massivo de fake news nas eleições de 2018 ou os casos de corrupção que envolveram os governos da gestão petista.

A categoria "ironia" também é muito presente nos enunciados analisados. O ambiente da internet, caracterizado pela informalidade, favorece o uso de gírias, piadas e expressões provocativas nos comentários, mesmo que o post seja de autoria de um órgão legislativo ou trate de um assunto grave, como a desinformação em saúde. A criação de novas formas satíricas, oportunizadas pelas tecnologias de informação e comunicação, contribui para a utilização desses recursos em discussões on-line. Mais do que mera "zoeira", os memes reconfiguraram o próprio debate público nos ambientes digitais nos últimos anos (CHAGAS, 2020). No entanto, para além do riso, sabemos que esses dispositivos imagéticos, com grande potencial de viralização, podem reforçar traços estereotipados de determinados grupos ou contribuir para a desinformação, mesmo que espontaneamente.

Se o ceticismo científico, o antipartidarismo e defesa ao governo federal ocupam espaço significativo nos comentários analisados, estão presentes também enunciados que demonstram apoio à mensagem disponibilizada pela fanpage do Senado. Não podemos afirmar que os comentários da formação discursiva "endossante" demonstram confiança no parlamento brasileiro, mas, ao menos, sugerem que esses usuários corroboram com a ideia nuclear do post – de chamar a atenção do público para a desinformação em saúde.

A formação discursiva "recomendação" tem uma incidência menor do que as demais categorias analíticas. No contexto discursivo estudado, avaliamos que marcar outros usuários nos posts denota interesse em compartilhar o conteúdo daquela postagem. Evidentemente, que nesta categoria também estão presentes a ironia e outras formações discursivas, mas o que prevalece, em nosso entendimento, é a disposição do enunciador em recomendar a notícia em questão por considerá-la importante ou mesmo curiosa.

Pensando na função educativa do parlamento, observamos que, pela linguagem adotada, o tipo de conteúdo produzido e o alcance, a fanpage do Senado é um lócus privilegiado para discutir o ganho informacional dos usuários que interagem nas plataformas digitais de órgãos públicos. A referida página apresenta elementos (informativos e de participação) que podem contribuir para elevar o conhecimento sobre assuntos de interesse coletivo, como o da desinformação em saúde.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

No entanto, nos parece apropriado refletir sobre as limitações do parlamento em relação a sua função educativa. A crise de credibilidade na comunicação legislativa, associada ao cenário de desordem informacional e de polarização radicalizada, faz com que boa parte da sociedade não enxergue a fanpage do Senado como o canal de comunicação mais apropriado e confiável para conscientizar a população acerca dos danos causados pela propagação de mentiras e boatos na saúde.

A análise discursiva de um corpus limitado – 162 comentários – nos permite um olhar mais atento ao cenário discursivo em que os enunciados são elaborados. Quando observamos dezenas de comentários do tipo "hoje em dia não dá para saber o que é realmente fake news. As propagandas do Estado são na maioria mentirosas [...]" ou "Senado Federal, um exemplo de fake news", estamos diante um contexto de crescente deslegitimação da atuação política. A repulsa ao parlamento e a seus representantes não é novidade, mas com a digitalização dos debates públicos, esse fenômeno fica mais evidente. Mesmo que a internet represente um adicional importante no processo de governança e nos mecanismos de prestação de contas, não se pode negar que estamos diante de uma arena discursiva, que pode ser tomada por visões de mundo obscurantistas e de desprezo às instituições democráticas.

Por fim, ao contrário dos estudos focados numa abordagem quantitativa, o presente estudo oferece uma proposta de intepretação mais global, preocupada em ampliar a compreensão sobre os processos comunicacionais, a partir do sujeito (enunciador), o contexto discursivo e a relação de forças entre os discursos na sociedade, no tempo e na memória. Vale ressaltar que examinar determinados léxicos utilizados no passado e na contemporaneidade remete a representações e imaginários diferentes, daí a importância da Análise do Discurso como aporte metodológico para entender os mecanismos de instauração de sentidos.

Referências

ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e rupture eleitoral. In: ABRANCHES, S. et al. (org). **Democracia Em Risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, p. 150-167, 2019.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2016.

ALMEIDA, S. L. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, E. S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 27-32, 2018.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

BARTLETT, J. **The People vs Tech**: how the internet is killing democracy (and how we save it). Londres: Ebury, 2018.

BALDISSERA, R. Comunicação e significação na construção da imagem-conceito. **Revista Fronteira**, v. 10, p. 193-200, 2008.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social Network Sites: Definition, History and Scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, 2007.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CHAGAS, V. Apresentação. In: CHAGAS, V. (org.). **A cultura do memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital. Salvador: EDUFBA, 2020.

DARNTON, R. A verdadeira história das notícias falsas. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html. Acesso em 16/02/2020.

DIAS, C. P. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes, 2018.

FALLIS, D. What is disinformation? **Library Trends**, v. 63, n. 3, 2015.

FERRARI, P. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Educ, 2018.

FRAGOSO S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

GALLEGO, E. S. ; MORETTO, M. ; Ortellado, P. . Guerras culturais e populismo antipetista. **Em Debate**, v. 8, p. 35-45, 2017.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, W. S.; DOURADO, T. M. O que são, afinal, fake news, enquanto fenômeno de comunicação política?. In: **VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, 2019, Brasília. Anais. Brasília: Compolítica, 2019.

JARAMILLO-LÓPEZ, J. C. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, M. M K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011.

KEEN, A. **Vertigem digital**: Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

KEYES, R. **The post-truth era**: dishonesty and deception in contemporary life. New York: St. Martin's Press, 2004.

LESTON-BANDEIRA, C. Studying the relationship between Parliament and citizens. **The Journal of Legislative Studies**, v. 18, n. 3-4, p. 265-274, 2012.

LESTON-BANDEIRA, C.; BENDER, D. How deeply are parliaments engaging on social media? **Information Polity**, v.18, p.281-297, 2013.

LILLEKER, Darren G. Interactivity and Political Communication: hypermedia campaigning in the UK. **Comunicação Pública**, v. 10, n. 18, 2015.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

MASSUCHIN, M. G.; MITOZO, I. B.; CARVALHO, F. C. Eleições e debate político on-line em 2014: os comentários no Facebook do jornal O Estado de S. Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 295-320, 2017.

MATOS, H. Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo. **Líbero**, São Paulo, Fundação Cásper Líbero, v. 2, n. 3-4, p.32-37, 1999.

MIGUEL, L. F.. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. 1ed. São Paulo: Boitempo, p. 17-26, 2018.

MIOLA, E.; MARQUES, F. P. J. Entre o interesse público e as políticas de imagem: as campanhas contra o Aedes aegypti no site do Ministério da Saúde no Facebook. In: **XXVIII Encontro Anual dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2019, Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), 2019.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASQUALE, F. A esfera pública automatizada. **Líbero**, v. 20, n. 39, 2017. Disponível em: http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/866/832. Acesso em 18/02/2020.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RIBEIRO, A. **O caso da Escola Base**. São Paulo: Ática, 2000.

ROSE, J. Are negative ads positive? Political advertising and the permanent campaign. In: TARAS, D.; WADDELL, C.. **How Canadians communicate IV**: media and politics, p. 149-168, 2012.

SACRAMENTO, I. A saúde numa sociedade de verdades. RECIIS. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde** (Edição em Português. Online), v.12, n. 1, p. 4-8, 2018.

SANTAELLA, L. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SASTRE, A.; CORREIO, C. S. P. O.; CORREIO, F. R. B. A influência do "filtro bolha" na difusão de Fake News nas mídias sociais: reflexões sobre as mudanças nos algoritmos do Facebook. **Revista GEMInIS**, São Carlos, UFSC.ar, v. 9, n. 1, pp.4-17, 2018.

SILVA, M. C. Fanpage do Senado Federal: a comunicação legislativa em 3D. In: **8º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política** (Compolítica), 2019, Brasília (DF). Anais do 8º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica). Brasília: UnB, 2019.

SILVA, M. C. A ideia de letramento político digital no contexto das redes sociais de internet. In: **41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** (Intercom 2018), 2018, Joinville. Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2018). São Paulo: Intercom, 2018.

TORQUATO, G. **Comunicação nas organizações**: empresas privadas, instituições e setor público. São Paulo: Summus, 2015.

WARDLE, Claire; DERAKSHAN, H. Information disorder: towards an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report**, 2017.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o Galoá proceedings

WEBER, M. H.; CARNIELLI, F. A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. In: **25º Encontro Nacional da COMPÓS**, 2016, Goiânia. 25. Encontro Nacional da COMPÓS. SALVADOR: COMPÓS, v. 1. p. 01-24, 2016.

Galoá { Este trabalho foi publicado utilizando o **Galoá** proceedings